

Falta informação

Em todo o País, pais de alunos mobilizam-se cada vez mais para constituírem a terceira parte na discussão que travam o Governo e as escolas sobre a problemática do custo do ensino particular no Brasil. Passando a tripartite, a discussão ganha substancialmente em qualidade e legitimidade. Cientistas sociais são em geral unânimes na constatação de que a comunidade, no Brasil, é pouco participativa, em geral mantendo-se passiva, à espera de iniciativas do Governo. Não é assim no mundo desenvolvido. Nos Estados Unidos, paraíso da economia de mercado, são os pais de alunos e os representantes das escolas que decidem tudo, seja preço ou currículo escolar. O resultado é o consenso, sendo este um cenário indispensável à boa execução do ensino.

No Brasil, estabeleceu-se o conflito que, entretanto, poderá desaguar agora na decisão compartilhada entre as partes envolvidas. Se chegarmos a isso, o impasse vivido este ano terá sido fecundo.

Um passo que precisa ser dado agora pelas escolas, uma vez que teimam em rejeitar as tabelas fixadas pelos conselhos estaduais, é mostrar ao público suas planilhas de custo. O público em geral está indisposto com as escolas por considerá-las extorsivas. Mas ninguém, a rigor, está raciocinando com base em informações objetivas. O dado de análise

é o fato sobejamente conhecido de que, de fato, o aumento dos preços foi excessivo este ano. Por que as escolas não explicam isso, publicamente, para desanuviar, se for o caso, o clima psicológico desfavorável?

O que se sabe é que as escolas pagam mal ao corpo docente e, todas elas, recebem subvenções federais que correspondem, em geral, a 40% do faturamento total, ou seja, a receita real das escolas é 40% superior àquilo que os alunos pagam. Por outro lado, os alunos reclamam, quase generalizadamente, das más condições das suas escolas, escassas em recursos didáticos, como laboratórios, bibliotecas etc. Aparentemente, portanto, a situação orçamentária das instituições privadas de ensino não apresenta o quadro crítico a que se referem seus dirigentes.

Seria de todo conveniente ter-se isso esclarecido publicamente. As escolas não devem permitir que a comunidade consolide opinião desfavorável a respeito delas, porque isto é antipedagógico e, concretamente, prejudicial aos seus interesses. Neste momento, a população está, em princípio, disposta a apoiar resistência ao aumento das anuidades. Mas a população não é irracional. Se ficar demonstrado que o aumento é indispensável, com certeza a resistência que vier a ocorrer será irrelevante.